

**FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO
FEDERAL E TERRITÓRIOS – FESMPDFT**

WANDER DE MELO SILVA

DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO

Brasília

2018

WANDER DE MELO SILVA

DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pós-Graduação
Ordem Jurídica e Ministério Público da Fundação Escola
Superior do Ministério Público do Distrito Federal e
Territórios, como quesito parcial para a obtenção do título de
Especialista em Direito.

Orientador: Dr. Marlon Tomazette

Brasília

2018

DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO

Wander de Melo Silva*¹

Resumo: Há, atualmente, no direito societário, inúmeros debates a respeito das sociedades anônimas. Entre eles está a questão relativa à possibilidade de se aplicar a dissolução parcial nessa espécie de sociedade empresária. Calcada na *affectio societatis* e na natureza *intuitu personae*, presentes, principalmente, nas sociedades anônimas de capital fechado – ou comumente chamada de S.A de caráter familiar –, a dissolução parcial tem sido amplamente aplicada no mencionado modelo societário, seja pela doutrina majoritária, seja pela jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça. Apesar de ainda haver vozes dissonantes, o instituto da dissolução parcial tem, cada vez mais, se consolidado no mundo jurídico, sobretudo pela adesão aos princípios da preservação da empresa e do direito de liberdade associativa, este, por seu turno, previsto expressamente na Constituição Federal. Por esse motivo, o legislador ordinário disciplinou no Novo Código de Processo Civil, em seu artigo 599, § 2º, a ação de dissolução parcial de sociedade anônima de capital fechado, insculpindo em seu bojo a observância de requisitos cumulativos, como inovação, para o ajuizamento da referida ação. Dessa feita, embora não sejam pacíficos, nos tribunais e na doutrina, os requisitos autorizadores da dissolução parcial, é fato que a sua incidência nas companhias não carece de maiores elucubrações, uma vez que já se encontra incorporado no panorama empresarial moderno.

Palavras-Chaves: Empresarial. Sociedades empresárias. Sociedade anônima de capital fechado. Grupo familiar. Dissolução parcial. *Affectio societatis*. *Intuitu personae*. Novo Código de Processo Civil.

Sumário: 1. Introdução. 2. Dissolução societária. 2.1. Dissolução parcial. 2.2. Dissolução parcial da sociedade anônima de capital fechado. 2.2.1. Argumentos contrários à dissolução parcial das S/A. 2.2.2. Argumentos favoráveis à dissolução parcial das S/A. 3. Dissolução parcial da sociedade anônima no âmbito da jurisprudência brasileira. 3.1. Caso paradigma – EREsp n. 111.294/PR. 3.2. A evolução da jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça. 4. Dissolução parcial da sociedade anônima de capital fechado no Novo Código de Processo Civil. 5. Conclusão.

1. Introdução

A dissolução parcial de sociedade anônima de capital fechado, à primeira vista, pode se apresentar como tema que não demanda maiores reflexões ou discussões, por já se encontrar pacificado jurisprudencialmente. Todavia, a consolidação de posicionamento do Superior

¹ Aluno do Curso de Pós-Graduação em Ordem Jurídica e Ministério Público da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT). Servidor Público Federal no Superior Tribunal de Justiça. E-mail: wander_melo@hotmail.com.

Tribunal de Justiça acerca da possibilidade da dissolução parcial se revelou apenas como o primeiro passo para o tratamento do assunto, que se mostra bastante complexo em sua aplicação prática.

Diante das hipóteses concretas de dissolução parcial de sociedades anônimas de capital fechado, tem-se observado que os requisitos para a sua realização ainda não estão claros. Enquanto muitos sustentam que a questão gira em torno apenas da quebra da *affectio societatis*, a prática tem mostrado que a dissolução está diretamente ligada à extensão e à efetividade do princípio da preservação da sociedade no caso concreto, bem como aos impactos econômicos da medida. Assim, a existência de posicionamento favorável à dissolução parcial não encerra o debate, que prossegue em cada novo caso prático que se apresenta.

Para que se possa avançar no estudo da matéria em análise, é de fundamental importância que se conheça o panorama doutrinário existente sobre o tema, as razões que embasaram a decisão do Superior Tribunal de Justiça e os fundamentos da divergência apresentada na ocasião. Apenas assim, com o conhecimento adequado dos fundamentos que permitiriam a estabilização da jurisprudência, é possível implementar adequadamente a dissolução parcial nos casos práticos.

Paralelamente ao entendimento jurisprudencial, não há como ignorar, também, o valor acadêmico desta temática. A existência de divergência doutrinária sobre a possibilidade de dissolução parcial das sociedades anônimas de capital fechado impõe olhar crítico sobre a questão e a formação de convencimento próprio por parte do estudioso, após o conhecimento dos argumentos contrários e favoráveis.

Com esse propósito de minudenciar a dissolução parcial das sociedades anônimas, seja para auxiliar na sua aplicação prática, seja para permitir a formação de convicção própria sobre a questão, estruturou-se o trabalho da seguinte maneira: primeiramente, serão trabalhadas, de forma geral, as ideias de dissolução societária e de dissolução parcial, a fim de apresentar as noções básicas que propulsionam o presente debate.

Em seguida, será feita a transposição de tais ideias para a situação específica das sociedades anônimas, demonstrando a sua aplicabilidade às sociedades de capital fechado. Para tanto, serão delineados os argumentos doutrinários favoráveis e contrários sobre a questão.

Após a apresentação do panorama doutrinário, será possível o estudo da evolução jurisprudencial sobre o assunto, bem como a análise do acórdão paradigma do Superior Tribunal de Justiça, que pacificou, em parte, a questão. Ainda nesse ponto, será feita análise crítica do

posicionamento jurisprudencial dominante, baseada na constatação da existência de desafios práticos para a implementação da dissolução parcial.

De forma derradeira, far-se-á a análise, em apertada síntese, sobre o novatio Código de Processo Civil, que, em seu interior, previu a denominada “Ação de dissolução parcial de sociedade”. Apesar de ser, ainda, um tema pouco trabalhado pelos processualistas, é de suma importância traçar o panorama jurídico, ao menos em linhas gerais, em que se debruçou o legislador ordinário e que, ao final, resultou na inovadora previsão legal de tal instituto para as sociedades anônimas de capital fechado.

2. Dissolução societária

Toda sociedade se destina a exercer o seu objeto social; a dissolução marca o fim dessa destinação².

Embora, *prima facie*, a conclusão do Professor José Edwaldo Tavares Borba seja aparentemente óbvia, a dissolução, dentro da perspectiva contemporânea do direito societário, não constitui, tão somente, o encerramento da sociedade – visão ampla do ideal dissolutório –, mas também equivale à causa ou ao motivo jurídico que, se não removido ou eliminado, leva ou poderá levar, conforme a hipótese configurada, à extinção da sociedade³ – estabelecendo, assim, um viés estrito do termo “dissolução”.

Nesse contexto, Celso Barbi Filho faz a seguinte explicação:

No primeiro senso, amplo, dissolução denomina genericamente todo o grupo de causas, consequências e procedimentos relacionados ao fim da sociedade. Exprime a desintegração do vínculo jurídico e da comunhão patrimonial coexistentes na empresa coletiva, assim como o fim de sua personalidade jurídica. Considerando-se que a sociedade pode designar tanto o contrato quanto a pessoa jurídica, e, para alguns, até a própria empresa, sua dissolução resume o epílogo desse conjunto. Assim, dissolução é todo um processo que passa pela liquidação e chega finalmente à extinção da sociedade. Esse é o significado do termo dissolução que predomina na doutrina brasileira e estrangeira, havendo, contudo, quem já tenha proposto substituí-lo por dissociação, que seria o oposto de constituição ou associação.

Há um sentido específico, ou estrito, para a palavra dissolução, que é o marco, o ato/fato previsto, na lei ou no contrato, deflagrador do processo que, passando pela liquidação, levará à extinção da sociedade. Nessa segunda acepção, a dissolução é como o golpe de morte, o ato único, inconfundível com o processo que se lhe segue⁴.

² BORBA, José Edwaldo Tavares. *Direito societário*. São Paulo: Atlas, 2017, p. 109.

³ VIEIRA, Máira de Melo. *Dissolução parcial de Sociedade Anônima – construção e consolidação no Direito Brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2014, p. 75.

⁴ BARBI FILHO, Celso. *Dissolução parcial de sociedades limitadas*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004, p. 111.

Sobre essa questão, Fabio Ulhoa Coelho também esclarece:

Em sentido amplo, significa o procedimento de terminação da personalidade jurídica da sociedade empresária, isto é, o conjunto de atos necessários à sua eliminação, como sujeito de direito. A partir da dissolução, compreendida nesse primeiro sentido, a sociedade empresária não mais titulariza direitos, nem é devedora de prestação. Em sentido estrito, a dissolução se refere ao ato, judicial ou extrajudicial, que desencadeia o procedimento de extinção da pessoa jurídica. Os atos de encerramento da personalidade jurídica da sociedade empresária (a dissolução, em sentido amplo) distribuem-se nas fases de dissolução (sentido estrito), liquidação e partilha (Bulgarelli, 1978:87)⁵.

Em uma análise atenta, é possível constatar que essa dicotomia – sentido amplo e estrito –, desenvolvida e aprimorada ao longo de anos, acompanhou, *pari passu*, a significativa evolução do direito societário, que abandonou o pragmatismo do século XVIII – no qual se firmou a ideia de que a sociedade deveria ser totalmente extinta caso ocorresse qualquer motivo que individualmente pudesse gerar a saída de um sócio do contrato social – para aderir, no início do século XX, ao institucionalismo – que esboçava, desde então, a teoria da preservação da empresa, mantendo, pois, a sociedade viva, ainda que houvesse ruptura entre os seus sócios.

A referida evolução do instituto da dissolução de sociedades, portanto, decorrente da própria natureza do contrato plurilateral – que permite a entrada e a saída de participantes, em uma convenção de vontades não contrapostas, mas sim dirigidas ao fim comum, sem que esse movimento implique resolução do contrato⁶ –, passou a ser aplicada aos contratos de sociedade brasileira, independente de norma expressa disciplinando esta categoria contratual⁷.

A crescente complexidade das relações sociais e econômicas tem obrigado a ordem jurídica a reconhecer que a empresa, sendo uma atividade organizada de produção e circulação de bens ou serviços, é o foco de interesses múltiplos e diversos, que transcendem os dos sócios da sociedade empresária⁸.

Em função do conflito que passou a existir entre o interesse do sócio que pretende se desligar da sociedade e o interesse social de preservação da empresa, a doutrina e a jurisprudência desenvolveram o instituto da dissolução parcial, que com uso da ferramenta de

⁵ COELHO, Fabio Ulhoa. *Curso de direito comercial, volume 2: direito de empresa*. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 486.

⁶ ASCARELLI, Tullio. O contrato plurilateral. In: *Problemas das sociedades anônimas e direito comparado*. São Paulo: Saraiva, 1969, p. 255-312.

⁷ VIEIRA, Máira de Melo. *Dissolução parcial de sociedade anônima – construção e consolidação no Direito Brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2014, p. 125.

⁸ COELHO, Fabio Ulhoa. *A ação de dissolução parcial de sociedade*. Revista de Informação Legislativa. Brasília, ano 48, n. 190, abr./jun. 2011, p. 141-155.

apuração de haveres logrou coadunar ambos os interesses – o interesse de se retirar com os interesses coletivos⁹.

2.1. Dissolução parcial

A teoria da dissolução parcial de sociedades, em sua origem, foi formulada justamente com fundamento no princípio da preservação da empresa, como remédio a viabilizar a continuidade do ente societário em casos nos quais a legislação então em vigor, ainda primitiva e elaborada quando não se tinha a percepção adequada de tal figura, injustificadamente impunha a dissolução total da sociedade empresária próspera ou apta a prosperar¹⁰.

Com efeito, esse princípio, orientado pela própria função social da sociedade, intenta criar mecanismos e formas de manter a estrutura empresarial, mesmo quando ocorram alterações no quadro societário originalmente estabelecido na sociedade¹¹. Isso porque, a preocupação com a manutenção da atividade da empresa baseia-se no fato de que essa atividade produz efeitos além da esfera jurídica dos sócios que a constituíram. É afetada pela solução da atividade produtiva uma cadeia de empregados, fornecedores, consumidores, entidades arrecadadoras¹².

Nas palavras de Roberta de Oliveira e Corvo Ribas¹³:

O princípio da preservação da empresa, introduzido no sistema por obra de Cesare Vivante, no início do século passado, indica que a sociedade não deve ser vista apenas pelos olhos e interesses de seus sócios, mas pelos interesses coletivos de todo um conjunto complexo de participantes que dela, de sua atividade, beneficiam-se. Trata-se aqui de reconhecer que a empresa não favorece apenas seus sócios, mas também seus funcionários, fornecedores, clientes ou consumidores, fisco, entre outros. A empresa tem uma função social e, independentemente de seu tamanho, há de ser preservada. Daí que se passa a construir mecanismos jurídicos tendentes à sua proteção, à sua defesa, à sua autotutela. Atualmente, esse princípio está ancorado pela Constituição Federal: os princípios gerais da atividade econômica (artigo 170), que se fundam na valorização do trabalho e na livre iniciativa, auxiliam seja o princípio da

⁹ REQUIÃO, Rubens. *Aspectos modernos de direito comercial (estudos e pareceres)*. São Paulo: Saraiva, 1986. v. 3, p. 18.

¹⁰ NEY, Rafael de Moura Rangel; SANTOS, Renato Ferreira dos. *Dissolução parcial de sociedades anônimas: o posicionamento atual da 2ª Seção do STJ sobre o tema e a necessidade de sua revisão*. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais. vol. 68. ano 18. p. 159-179. São Paulo: Ed. RT, abr.-jun. 2015.

¹¹ OURIQUES, Paolla. *Dissolução parcial de sociedade anônima – é possível?* Revista de Dir. Empresarial – RDEmp. Belo Horizonte, ano 10, n. 2, p. 121-136, maio/ago. 2013.

¹² CAMINHA, Uinie; LIMA NETO, Luís Bezerra. *A resolução do vínculo societário por iniciativa do sócio: direito de recesso e função social da empresa*. Pensar, Fortaleza, v. 12, p. 120-127, mar. 2007.

¹³ RIBAS, Roberta de Oliveira e Corvo. *As causas de dissolução parcial da sociedade empresária limitada*. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI220354,11049-as+causas+de+dissolucao+parcial+da+sociedade+empresaria+limitada>>. Acessado em: 26 mar. 2018.

preservação da empresa introduzido em nosso ordenamento sem maiores dificuldades. Esse é o seu fundamento constitucional.

Dessa forma, verifica-se que a função social da empresa, ao gerar um interesse público da preservação da atividade empresarial – em atenção aos diversos fatores que influenciam a estruturação da sociedade empresária –, veio a operar o rompimento da concepção romanística de que vicissitudes pessoais dos sócios ou sua simples vontade obrigariam necessariamente a dissolução da sociedade, então fornecendo o fundamento a que o ente social, como organização jurídica explorando uma empresa, isto é, um centro de produção econômica, pudesse ter continuidade, caso os demais sócios assim deliberassem¹⁴.

Beatriz Trovo, em outras palavras, sintetiza essa teoria ao afirmar que a “dissolução parcial é a responsável pela superação dos problemas existentes entre os sócios, sem o comprometimento da existência da sociedade e da preservação da atividade econômica da empresa por ela explorada”¹⁵.

Embora essa temática – afastamento do sócio dissidente sem a extinção da sociedade – seja, nos dias atuais, bastante costumeira, em um passado não tão longínquo, ela foi alvo de severas críticas por parte da doutrina¹⁶, sobretudo pela ausência de previsão no Código Comercial de 1850.

¹⁴ LUCENA, José Waldecy. *Das sociedades por quotas de responsabilidade limitada*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996, p. 735-736.

¹⁵ TROVO, Beatriz. *Resolução da sociedade limitada em relação a um sócio no Código Civil de 2002*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, n. 139, p. 259, jul./set. 2005.

¹⁶ Vale destacar, nesse ponto, a relevante perspectiva de Joel Gonçalves de Lima Junior que, ao criticar a dissolução parcial da sociedade empresária sob um olhar atento do viés econômico, ponderou: “[...] Como se vê, do ponto de vista econômico, a dissolução parcial significa, de um lado, o acionista desertor retirar os recursos financeiros da Sociedade acima do valor equivalente à sua participação acionária em razão do acréscimo de juros e, de outro lado, os demais acionistas ficarem com a Empresa comprometida operacionalmente ou endividada, além de passivos ocultos e contingências da Sociedade. Isto só não ocorre se a participação do acionista retirante for tão inexpressiva ao ponto de a Companhia ter o valor dos haveres disponível em caixa. Duas distorções econômicas são nítidas: ao postular a dissolução parcial o acionista dissidente toma uma vantagem econômica em detrimento dos demais acionistas e da Companhia; e também toma vantagem em relação aos demais credores da Companhia que são pretéritos no recebimento dos créditos, pois enquanto o acionista dissidente leva o caixa da Empresa, os demais credores concorrem na realização do remanescente do acervo patrimonial da Sociedade. Por isto a ideia de que a dissolução parcial atende ao princípio da preservação da Empresa, na Análise Econômica, chega a ser ingênua, haja vista que, se a Companhia não gera lucro por deficiência operacional, a retirada de parte dos recursos financeiros pelo acionista retirante não preserva a Empresa. Pelo contrário, prejudica as condições financeiras necessárias para que a Sociedade se recupere. A retirada dos recursos financeiros da Sociedade representa-lhe a sentença de morte, e não a sua conservação. Se um paciente está doente, tirar-lhe o sangue prejudicará a sua recuperação, e não o inverso”. Cf. LIMA JUNIOR, Joel Gonçalves de. *Dissolução parcial de sociedade anônima: “novo” paradigma e a análise econômica*. Revista Eletrônica da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná – n. 1 – Jan/Jul 2008, p. 165-183.

Waldemar Martins Ferreira assevera, a seu turno, que a dissolução parcial, nos moldes delineados pela jurisprudência, seria de evidente antijuridicidade, pois estariam em confronto com a norma expressa do Diploma Comercial que prevê apenas a dissolução total¹⁷.

Ainda, Hernani Estrella, ao reforçar o antagonismo já existente, acentua uma posição extrema e salienta seu descontentamento com a ideia de dissolução parcial da sociedade, pois, para ele, a companhia ou se extingue, dissolvendo-se por completo, ou mantém-se completamente íntegra, não havendo dissolução ou extinção em qualquer medida¹⁸.

Apesar dessa forte oposição, a doutrina comercialista brasileira, antes mesmo da segunda metade do século XIX, já demonstrava acentuada preocupação com a preservação da empresa, reconhecendo a importância da multiplicidade de interesses que gravitam em torno do organismo social, de natureza econômica, social, fiscal, e mesmo política. Assistia-se, portanto, ao crescente enfraquecimento da doutrina individualista inspiradora do já mencionado Código Comercial, que cedeu lugar àquele que reconhecia preponderantes os interesses supraindividuais incorporados pela função social exercida pela empresa, em relação aos interesses individuais dos sócios¹⁹.

Já nos idos de 1917 – com a concepção institucionalista –, a ideia da dissolução parcial ganhou ainda mais força. No intento de sepultar definitivamente a mentalidade individualista do passado, Trajano de Miranda Valverde defendeu a continuidade da empresa, em detrimento das causas de dissolução total previstas no Código Comercial. Para o professor:

[...] Essa orientação do direito comercial brasileiro veio robustecer a prática mercantil, a qual, com o objetivo de proteger a empresa, a continuidade da sociedade contra certos eventos que, segundo o Código Comercial, determinam a sua dissolução de pleno direito, inclui nos contratos ou atos constitutivos das sociedades cláusulas destinadas a afastar os efeitos dissolutivos do fato ou acontecimento. A falência ou a morte de um dos sócios, a vontade unilateral de qualquer deles, quando constituída a sociedade por tempo indeterminado, não operam, por força da convenção escrita, a dissolução da sociedade, mas determinam, exclusivamente, a apuração dos haveres do sócio falido, morto ou que se retira e o consequente pagamento a quem de direito. Do mesmo modo, quanto à incapacidade superveniente do sócio e aos demais atos que, por lei, podem motivar o pedido de dissolução da sociedade. [...] Essa evolução do direito comercial brasileiro reflete a necessidade de proteger a sociedade, a continuidade da empresa, contra os próprios sócios ou os eventos que, pelo Código Comercial, de feição nitidamente individualista, acarretam a dissolução do organismo jurídico, com prejuízo para a economia de seus componentes e, indiretamente, da economia nacional²⁰.

¹⁷ FERREIRA, Waldemar Martins. *Tratado de direito comercial*. São Paulo: Saraiva, 1961, v. III, p. 251.

¹⁸ ESTRELLA, Hernani. *Apuração dos haveres de sócio*. Rio de Janeiro: Forense, 1992, p. 100-101.

¹⁹ VIEIRA, Máira de Melo. *Dissolução parcial de sociedade anônima – construção e consolidação no Direito Brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2014, p. 173.

²⁰ VALVERDE, Trajano de Miranda. *A evolução do direito comercial brasileiro* (Conferência). In: **Revista Forense**, Rio de Janeiro, n. 92, p. 635-641, out. 1942.

A partir da década de 1970 e culminando com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o ideal social ganhou terreno (e positivação) e aos interesses individuais passaram a se contrapor os interesses coletivos. Dissolver completamente uma sociedade baseando-se em motivos ou desejos individuais de determinado sócio parecia não mais atender à função que a empresa, com sua atividade, detinha no meio social, seja porque empregava trabalhadores, seja porque pagava impostos, seja porque gerava riquezas²¹.

Malgrado o avanço, nem todo modelo societário estaria apto à dissolução parcial. Essa concepção, em uma ótica embrionária, adequava-se, tão somente, às espécies de sociedades empresárias que se constituíam *intuitu personae* – ou sociedades de pessoas –, como meio de minimizar o individualismo impregnado no regime societário do Código Comercial de 1850.

De início, a doutrina, ainda resistente às inovações, entendeu que as sociedades tidas como de capitais – ou seja, *intuitu pecuniae* –, não seriam compatíveis com a ideia de desfazimento parcial da companhia, principalmente se essa dissolução fosse baseada na quebra da *affectio societatis*, elemento esse que, até então, era exclusivo das sociedades de pessoas.

Nas lições de Celso Barbi Filho, sendo a sociedade predominantemente de capitais, na qual a identidade do sócio não é relevante, o eventual rompimento da *affectio societatis* – que muitos entendem inexistente nesse modelo societário – não seria justificativa para autorizar a saída do sócio insatisfeito, que ali deveria permanecer até que encontrasse um adquirente para sua participação²².

Com o tempo, a doutrina moderna, a despeito dessa tradicional distinção entre as sociedades de pessoas e as sociedade de capitais, observou que especialmente as sociedades anônimas também revelavam uma individualidade própria, podendo possuir uma tradição de correção e integridade, naturalmente baseada nas pessoas que a compõem, de sorte que, ao se celebrar o pacto societário, podiam assumir peso decisivo as considerações relativas à individualidade dos sócios, além daquelas ligadas ao momento de sua contribuição ao capital social²³.

Maíra de Melo Vieira, ao mencionar os ensinamentos de Rubens Requião, preconiza:

²¹ RIBAS, Roberta de Oliveira e Corvo. *As causas de dissolução parcial da sociedade empresária limitada*. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI220354,11049-as+causas+de+dissolucao+parcial+da+sociedade+empresaria+limitada>>. Acessado em: 26 mar. 2018.

²² BARBI FILHO, Celso. *Dissolução parcial de sociedades limitadas*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004, p. 60.

²³ ASCARELLI, Tullio *apud* VIEIRA, Maíra de Melo. *Dissolução parcial de sociedade anônima – construção e consolidação no direito brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2014, p. 44.

Nessa esteira, entende RUBENS REQUIÃO que as sociedades anônimas não devem ser entendidas em um contexto genérico e unitário. A doutrina moderna tende a distinguir duas espécies de sociedade anônima, com contornos, estruturas, finalidades e estilos distintos: (i) as sociedades anônimas abertas; e (ii) as sociedades anônimas fechadas, também denominadas “sociedades anônimas de família”²⁴. Afirmo o autor que nem todas as sociedades anônimas são constituídas apenas *intuito pecuniae*; ao contrário, a maior parte delas, no Brasil e em outros países, seria constituída *intuito personae*, haja vista que este modelo societário atende de forma satisfatória aos intuitos pessoais dos acionistas, inclusive no que concerne aos interesses do grupo familiar.

Nesse contexto, é nítido concluir que a extensão da dissolução parcial, inicialmente formulada para as sociedades limitadas, às sociedades anônimas, nos moldes definidos pela doutrina e pela jurisprudência, é vista como potencial solução conciliatória dos interesses da maioria e da minoria nas situações em que a lei acionária prevê a dissolução total da sociedade, de forma a evitar-se a extinção e o consequente desaparecimento de companhia próspera, geradora de riqueza e emprego²⁵.

2.2. Dissolução parcial da Sociedade Anônima de capital fechado²⁶

A dissolução parcial de sociedade anônima foi importada, como visto anteriormente, das sociedades limitadas com o objetivo de resguardar a companhia. Em verdade, ela ocorre quando um acionista se retira da sociedade, com a apuração de haveres, sem que se trate de direito de recesso²⁷.

Esse tipo de dissolução tem sido empregado nas sociedades anônimas em que haja, entre outras hipóteses, o capital fechado e, ainda, o rompimento da *affectio societatis*. Ou seja, o caráter pessoal e as pessoas que compõem o quadro de acionistas de uma sociedade anônima

²⁴ REQUIÃO, Rubens *apud* VIEIRA, Máira de Melo. *Dissolução parcial de sociedade anônima – construção e consolidação no direito brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2014, p. 45.

²⁵ BARBI FILHO, Celso. *Dissolução parcial de sociedades limitadas*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004, p. 61.

²⁶ A respeito da distinção entre sociedade anônima de capital aberto e fechado, cf. TOMAZETTE, Marlon. *Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário*, v. 1. São Paulo: Atlas, 2017, p. 429. Para o professor: “O texto original do artigo 4º da Lei 6.404/76 distingue as sociedades abertas das fechadas, pela admissão ou não dos seus valores mobiliários à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão. Com o advento da Lei 10.303/2001, o referido dispositivo deixa de falar em bolsa de valores e mercado de balcão e passa a falar simplesmente em mercado de valores mobiliários, sem que isso represente uma inovação relevante. Pela possibilidade de negociação no mercado, a sociedade aberta deve ser registrada e ter seus valores mobiliários registrados perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que possui a função de resguardar a lisura da negociação no mercado, tornando-o confiável e atrativo aos investidores. Em síntese, a diferença mais importante entre a sociedade aberta e a fechada é que a primeira possui relação com todo o mercado investidor, devendo obediência a normas específicas que visam à proteção do mesmo, ao passo que na fechada a relação é restrita aos próprios membros da sociedade.”

²⁷ BRITO, Cristiano Gomes de. *Dissolução parcial de sociedade anônima*. Revista de Direito Privado, São Paulo, ano 2, n. 7, p. 22, jul./set. 2001.

são deveras importantes, pois estabelecem uma relação de confiabilidade, solidificada com base na afeição para manter-se sócio de uma sociedade.

De forma complementar, Uinie Caminha explica:

Uma vez que se constate que uma sociedade, mesmo sob a forma de anônima, pode ter sido constituída com base no intuito personae, deve-se levar em conta que o conteúdo desse elemento passa a integrar as bases do negócio jurídico. O consentimento que está na base da relação societária está fundado na confiança mútua e na vontade dos sócios de cooperarem em conjunto para a obtenção de determinados benefícios²⁸.

Com base nessas características, a dissolução parcial das sociedades anônimas de capital fechado passou a ser aplicada pelos Tribunais pátrios, levando em consideração a função social da empresa, evitando dissolvê-la totalmente e equacionando os interesses gerais, quais sejam, da coletividade, dos sócios e da própria sociedade.

A partir de então, surgiram duas correntes divergentes e com pensamentos antagônicos, quais sejam, as que admitem a possibilidade de dissolução parcial das sociedades anônimas de capital fechado e as que inadmitem essa possibilidade em virtude da falta de previsão legal na lei das sociedades anônimas.

2.2.1. Argumentos contrários à dissolução parcial das S/A

A despeito do entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema, diversos autores de renome negam a possibilidade de dissolução parcial das sociedades anônimas fechadas pela simples quebra da *affectio societatis*. Para esta corrente, a dissolução parcial, de modo algum, pode ser utilizada como instrumento de retirada do acionista meramente insatisfeito.

Luiz Gastão Paes de Barros Leães assevera, ao rejeitar, de imediato, a admissibilidade da dissolução parcial nas S.A.s – ante a sua incompatibilidade com o referido modelo societário, uma vez que já existe o direito de recesso –, que essa hipótese de retirada de sócio limita-se ao quadro taxativo do art. 137 da lei acionária, o que não se admite interpretação extensiva ou analógica daquele rol. Afirma, ainda, que a quebra da *affectio societatis*, tida como fundamento para o ato de dissolução parcial, é absolutamente irrelevante para a sociedade anônima, pois

²⁸ CAMINHA, Uinie. *Dissolução parcial de S/A: quebra da “affectio societatis”: apuração de haveres*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, v. 37, n. 114, p. 174-182, abr./jun. 1999.

não é elemento característico de sua constituição, quer se trate de companhia aberta ou fechada²⁹.

Nesse mesmo norte, Márcio Tadeu Guimarães Nunes defende, em sua tese dedicada ao mencionado instituto, que tal figura é inaplicável no âmbito das sociedades anônimas, ainda que fechadas, uma vez que se trata de fenômeno estranho às sociedades de capital. Dessa feita, aduz ser extremamente difícil reconhecer a existência de *intuitu personae* ou de *affectio societatis* nas sociedades anônimas, ainda que fechadas e com estrutura marcadamente familiar, pois a natureza capitalista a elas inerente é de índole legal e cogente, sendo, portanto, inafastável pela vontade dos acionistas³⁰.

Aliás, quanto à questão atinente à *affectio societatis*, é de salutar relevância colacionar o entendimento de Ana Marta Cattani de Barros Zilveti:

As definições de *affectio societatis*, conforme a jurisprudência analisada, giram em torno de noções abstratas, ligadas muitas vezes ao plano sentimental, tais como: aquele sentimento que anima os sócios na realização de um empreendimento; afeição recíproca e mútua confiança; espírito de agregação; harmonia, fidelidade e respeito mútuo entre os sócios. Não que esses valores não sejam importantes e não devam existir entre os sócios. Mas a identificação de sua quebra como o principal fator a possibilitar a dissolução parcial pode gerar uma visão distorcida da questão³¹.

Seguindo essa mesma postura de oposição ao instituto ora trabalhado, Cristiano Gomes de Brito, em seu artigo, aponta que, “mesmo que se admitisse o caráter personalista das sociedades anônimas, sua dissolução parcial não poderia ser aplicada, pois os acionistas estão vinculados a um regime jurídico próprio, com regras definidas, estabelecidas na Lei de Sociedades Anônimas e nos estatutos”³².

Além disso, complementa: “Se há desavenças entre os acionistas, isto é problema pessoal dos envolvidos, que em nada deve afetar a sociedade, pois todos os acionistas, minoritários e majoritários, devem laborar e ser sempre fiéis aos interesses da sociedade, para que ela possa realizar seu objeto e cumprir sua função social”³³.

Por fim, destaca o ilustre doutrinador:

²⁹ LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros *apud* VIEIRA, Máira de Melo. *Dissolução parcial de sociedade anônima – construção e consolidação no Direito Brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2014, p. 220.

³⁰ NUNES, Márcio Tadeu Guimarães *apud* VIEIRA, Máira de Melo. *Dissolução parcial de sociedade anônima – construção e consolidação no Direito Brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2014, p. 221.

³¹ ZILVETI, Ana Marta Cattani de Barros. *Dissolução parcial de sociedade anônima – o caso Luiz Kirchner*. In: **Direito societário: sociedades anônimas**. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 347.

³² BRITO, Cristiano Gomes de. *Dissolução parcial de sociedade anônima*. Revista de Direito Privado, São Paulo, ano 2, n. 7, p. 23, jul./set. 2001.

³³ BRITO, Cristiano Gomes de. *Op. cit.*, p. 24.

Neste ritmo de considerações, se adotarmos a corrente doutrinária e jurisprudencial que comunga com o entendimento de que existem sociedades anônimas com *affectio societatis* (caráter subjetivo) entre os acionistas, isso desequilibrará as relações de poder entre eles, e, como se demonstrará adiante, penderá a “balança” para o lado mais forte, qual seja, o acionista majoritário.

Ao se permitir a dissolução parcial de uma companhia por simples quebra da *affectio societatis*, abrir-se-á um precedente perigoso nas estruturas da sociedade anônima. Isto porque serão inseridos em seu arquétipo aspectos de natureza subjetiva (*affectio societatis*) nas relações entre os acionistas. Em assim sendo, permitir-se-á que o acionista minoritário requeira a dissolução parcial da companhia, por quebra da *affectio societatis*.

(...)

Por essas razões, merecem críticas as decisões judiciais que admitem a dissolução parcial da companhia pela quebra da *affectio societatis*³⁴.

2.2.2. Argumentos favoráveis à dissolução parcial das S/A

Noutro polo, há ainda aqueles, também consagrados na doutrina brasileira, favoráveis à aplicação da dissolução parcial nas sociedades anônimas.

Unie Caminha, ao tecer comentários ao acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que debateu sobre o tema objeto deste estudo, observa que a Lei n. 6.404/76, embora denominada genericamente de “Lei das Sociedades por Ações”, disciplina em seu corpo diversas sociedades de natureza distintas, dentre as quais nem todas correspondem à ideia clássica de companhia: a companhia aberta, a companhia fechada, entre outras. Alerta, assim, que seria um erro generalizar as sociedades anônimas em um grupo único, com características rígidas e bem definidas, buscando-se aplicar a determinado tipo de sociedade normas com este incompatíveis, apenas pelo fato de estarem previstas no diploma acionário³⁵.

Em consonância com esse posicionamento, Priscila M. P. Corrêa da Fonseca leciona:

A falta de *affectio societatis*, portanto, poderá dar ensejo à dissolução parcial, assim como quando restar patenteada qualquer outra circunstância que impossibilite a sociedade de atingir o seu fim, v.g., a não-distribuição de dividendos. Aliás, a falta de distribuição de lucros já tem sido erigida pelos pretórios pátrios como “pressuposto essencial para a chamada dissolução parcial de sociedade anônima”.

Não se olvide, outrossim, que nas sociedades anônimas de capital fechado não se faculta, como regra, a livre alienação da participação acionária. Por essa razão, aquele que pretende se retirar da sociedade – se não se lhe outorgar a possibilidade da dissolução parcial – ficará sujeito a vendê-la aos demais acionistas, nem sempre por valor consentâneo com o patrimônio líquido da sociedade.

Nada justifica, com efeito, que, nesses casos, fiquem os acionistas indefinidamente jungidos à sociedade. Milita, por isso e ademais, a favor da dissolução parcial das

³⁴ BRITO, Cristiano Gomes de. *Op. cit.*, p. 26-27.

³⁵ CAMINHA, Unie *apud* VIEIRA, Máira de Melo. *Dissolução parcial de sociedade anônima – construção e consolidação no Direito Brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2014, p. 231.

sociedades anônimas, o princípio insculpido no art. 5º, XX, da Constituição Federal, segundo o qual “ninguém poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado”. Daí por que, aliás, a advertência de ORLANDO GOMES no sentido de que “o direito do sócio de se retirar da sociedade é irrecusável manifestação da liberdade individual, que não admite a vinculação vitalícia de quem quer que seja”³⁶.

Na verdade, para os que aderem ao referido instituto, o direito da liberdade associativa, previsto na Constituição Federal, seria, em suma, o argumento basilar para fundamentar uma possível ação de dissolução parcial de sociedade anônima. A norma constitucional sobressairia, assim, a toda e qualquer norma infraconstitucional.

Dessa feita, Gladston Mamede, com base no referido dispositivo constitucional, assenta: “se há o rompimento da *affectio societatis*, é direito do sócio quotista ou acionista retirar-se, de não permanecer associado”³⁷.

Além desses posicionamentos aqui citados, outros autores – entre eles, Modesto Carvalhosa e José Waldecy Lucena –, seguindo às tendências mais modernas do direito societário, firmaram suas compreensões no acolhimento do instituto, em vista da existência de sociedade anônima de capital fechado, em que prevalece o *intuitu personae*.

Fato é que essa convergência, atualmente, é vista como reflexo do avanço que experimentou a dissolução parcial na jurisprudência na última década, com doutrina e tribunais unindo vozes no sentido de prestigiar solução que se ajusta à realidade da empresa ao passo que, ao mesmo tempo, garante, sempre que possível, sua preservação³⁸.

3. Dissolução parcial da sociedade anônima no âmbito da jurisprudência brasileira

A jurisprudência brasileira divergiu (e até hoje diverge) por longas datas acerca da admissibilidade do instituto da dissolução parcial, como construído em sede das sociedades limitadas, às sociedades anônimas, ora sustentando uns, ora outros dos fundamentos já expostos aqui neste estudo contra e a favor da dissolução parcial das sociedades anônimas³⁹.

Embora haja algumas vozes resistentes, a jurisprudência atual se direciona para a aceitação do referido instituto, com algumas dissonâncias em relação aos requisitos autorizadores, como será analisado a seguir.

³⁶ FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. *Dissolução parcial, retirada e exclusão de sócio*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 80-81.

³⁷ MAMED, Gladston. *Direito Societário: sociedades simples e empresárias*. São Paulo: Atlas, 2004. v. 2, p. 128.

³⁸ VIEIRA, Máira de Melo. *Dissolução parcial de sociedade anônima – construção e consolidação no Direito Brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2014, p. 237-238.

³⁹ VIEIRA, Máira de Melo. *Dissolução parcial de Sociedade Anônima – construção e consolidação no Direito Brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2014, p. 238.

3.1. Caso paradigma – EREsp n. 111.294/PR

Historicamente, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sempre se orientou no sentido de reputar incabível o pedido de dissolução parcial de sociedades anônimas.

Mais recentemente, porém, a 2.^a Seção do STJ, por maioria de votos, alterou o posicionamento até então predominante naquela Corte Superior e adotou um entendimento permissivo, mais adequado ao ideal estabelecido pelo princípio da preservação da empresa.

No ano de 2006, o referido Órgão Judicante realizou o julgamento dos EDiv em REsp 111.294/PR, sob a relatoria do Min. Castro Filho, e, por maioria de votos, estabeleceu uma relevante exceção à regra geral de descabimento do pleito dissolutório de sociedades anônimas: admitiu a dissolução parcial de sociedades anônimas que, em síntese, sejam: a) de médio e pequeno porte; b) em regra, de capital fechado, que concentram na pessoa de seus sócios um de seus elementos preponderantes – como ocorre nas sociedades ditas familiares –, e c) que são, por isso, constituídas *intuitu personae*⁴⁰.

O julgamento recebeu a seguinte ementa:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. QUESTÕES PRELIMINARES. SUBSTABELECIMENTO. RENÚNCIA DO ADVOGADO SUBSTABELECENTE. CAPACIDADE POSTULATÓRIA DO SUBSTABELECIDO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. MORTE DE UM DOS RÉUS. AUSÊNCIA DE HABILITAÇÃO DOS SUCESSORES. NULIDADE DOS ATOS PRATICADOS APÓS O ÓBITO. DESCABIMENTO. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. MÉRITO. DIREITO COMERCIAL. SOCIEDADE ANÔNIMA. GRUPO FAMILIAR. INEXISTÊNCIA DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS HÁ VÁRIOS ANOS. QUEBRA DA AFFECTIO SOCIETATIS. DISSOLUÇÃO PARCIAL. POSSIBILIDADE.

[...]

III - É inquestionável que as sociedades anônimas são sociedades de capital (*intuitu pecuniae*), próprio às grandes empresas, em que a pessoa dos sócios não tem papel preponderante. Contudo, a realidade da economia brasileira revela a existência, em sua grande maioria, de sociedades anônimas de médio e pequeno porte, em regra, de capital fechado, que concentram na pessoa de seus sócios um de seus elementos preponderantes, como sói acontecer com as sociedades ditas familiares, cujas ações circulam entre os seus membros, e que são, por isso, constituídas *intuitu personae*. Nelas, o fator dominante em sua formação é a afinidade e identificação pessoal entre os acionistas, marcadas pela confiança mútua. Em tais circunstâncias, muitas vezes, o que se tem, na prática, é uma sociedade limitada travestida de sociedade anônima, sendo, por conseguinte, equivocado querer generalizar as sociedades anônimas em um único grupo, com características rígidas e bem definidas.

⁴⁰ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de divergência. Questões preliminares. Substabelecimento. Renúncia do advogado substabelecido. Capacidade postulatória do substabelecido. Litisconsórcio passivo. Morte de um dos réus. Ausência de habilitação dos sucessores. Nulidade dos atos praticados após o óbito. Descabimento. Observância do princípio da segurança jurídica. Mérito. Direito comercial. Sociedade Anônima. Grupo familiar. Inexistência de lucros e distribuição de dividendos há vários anos. Quebra da *affectio societatis*. Dissolução parcial. Possibilidade. Rel. Ministro Castro Filho, julgado em 28/06/2006, DJ 10/09/2007, p. 183.

Em casos que tais, porquanto reconhecida a existência da *affectio societatis* como fator preponderante na constituição da empresa, não pode tal circunstância ser desconsiderada por ocasião de sua dissolução. Do contrário, e de que é exemplo a hipótese em tela, a ruptura da *affectio societatis* representa verdadeiro impedimento a que a companhia continue a realizar o seu fim, com a obtenção de lucros e distribuição de dividendos, em consonância com o artigo 206, II, "b", da Lei nº 6.404/76, já que dificilmente pode prosperar uma sociedade em que a confiança, a harmonia, a fidelidade e o respeito mútuo entre os seus sócios tenham sido rompidos.

A regra da dissolução total, nessas hipóteses, em nada aproveitaria aos valores sociais envolvidos, no que diz respeito à preservação de empregos, arrecadação de tributos e desenvolvimento econômico do país. À luz de tais razões, o rigorismo legislativo deve ceder lugar ao princípio da preservação da empresa, preocupação, inclusive, da nova Lei de Falências - Lei nº 11.101/05, que substituiu o Decreto-lei nº 7.661/45, então vigente, devendo-se permitir, pois, a dissolução parcial, com a retirada dos sócios dissidentes, após a apuração de seus haveres em função do valor real do ativo e passivo.

A solução é a que melhor concilia o interesse individual dos acionistas retirantes com o princípio da preservação da sociedade e sua utilidade social, para evitar a descontinuidade da empresa, que poderá prosseguir com os sócios remanescentes.

Embargos de divergência improvidos, após rejeitadas as preliminares.

(EREsp 111.294/PR, Rel. Ministro Castro Filho, Segunda Seção, julgado em 28/06/2006, DJ 10/09/2007, p. 183)

Naquela ocasião, o Relator, após superar a análise de duas preliminares, iniciou o exame do mérito já com uma relevante constatação, debatida anteriormente neste trabalho, de que, *“embora não se discuta que as sociedades anônimas se constituam sociedades de capital, intuito pecuniae, próprio das grandes empresas, em que a pessoa dos sócios não têm papel preponderante, a realidade da economia brasileira revela a existência, em sua grande maioria, de sociedades anônimas de médio e pequeno porte, em regra de capital fechado, que concentram na pessoa de seus sócios um de seus elementos preponderantes”*.

Além disso, complementou:

É o que se verifica com as sociedades ditas familiares, cujas ações circulam entre os seus membros, e que são, por isso, constituídas *intuito personae*, já que o fator dominante em sua formação é a afinidade e identificação pessoal entre os acionistas, marcadas pela confiança mútua. Em tais circunstâncias, muitas vezes, o que se tem, na prática, é uma sociedade limitada travestida de sociedade anônima, sendo, por conseguinte, equivocado querer generalizar as sociedades anônimas em um único grupo, com características rígidas e bem definidas.

Nessa linha de entendimento, observa Rubens Requião que, hodiernamente, "não se tem mais constrangimento em afirmar que a sociedade anônima fechada é constituída nitidamente *cum intuito personae*. Sua concepção não se prende exclusivamente à formação do capital desconsiderando a qualidade pessoal dos sócios. Em nosso país, com efeito, prevalece sociedade anônima constituída tendo em vista o caráter pessoal dos sócios, ou a sua qualidade de parentesco, e por isso chamada de sociedade anônima familiar." E a seguir conclui, "A *affectio societatis* surge nessas sociedades com toda nitidez, como em qualquer outra das sociedades de tipo personalista. Seus interesses estão, pois, regulados pelo contrato, o que explica a pouca ingerência da fiscalização de órgãos públicos em seus negócios". (Curso de Direito Comercial, vol. II, 1982, Ed. Saraiva, 11ª ed., p. 28).

Ao final, o Relator assentou:

Não se desconhece que, em regra, a possibilidade de dissolução parcial, com a consequente apuração de haveres dos sócios dissidentes, é incompatível com esse tipo de sociedade, porque própria tal iniciativa das sociedades de pessoas e na sociedade por cotas. Todavia, na espécie, assim como asseverou o acórdão embargado, penso que a regra da dissolução total em nada aproveitaria aos valores sociais envolvidos, no que diz respeito à preservação de empregos, arrecadação de tributos e desenvolvimento econômico do país, razão pela qual sou a favor de que o rigorismo legislativo ceda lugar ao princípio da preservação da empresa, norteador, inclusive, da nova Lei de Falências - Lei nº 11.101/05 -, que substituiu o Decreto-lei nº 7.661/45, então vigente.

Posteriormente, e abrindo a divergência no julgamento, o Ministro Massami Uyeda fez importantes reflexões acerca das premissas estabelecidas pelo Ministro Relator. Ponderou, em primeiro lugar, que *“A sociedade anônima se rege por essa Lei especial, a Lei n. 6.404/76. Sendo uma lei especial, não podemos, com todo o respeito, dar tratamento como se fosse uma sociedade limitada, na qual poderia haver uma apuração de haveres de sócios dissidentes”*.

Ainda, Sua Excelência refutou a tese de que havia uma preponderância do *intuitu personae* no caso em análise. Demonstrou que, mesmo havendo a reunião de pessoas da mesma família, esse fato, por si, não muda a natureza da sociedade anônima que, travestida ou não, mantém a sua essência voltada para o lucro.

Esse argumento, segundo o Ministro Massami, encontra alicerce no interesse público. Para o magistrado, *“dar preponderância ao interesse individual em detrimento do interesse público, é desconsiderar com a finalidade social da empresa, a função social da empresa, a geração de empregos, a quitação dos débitos trabalhistas, dos débitos tributários. Admitir-se a dissolução parcial de sociedade anônima se me parece antepor a pretensão de quem queira sair desse espírito, dessa união de esforços, que, embora tenha origem familiar, era movida pelo intuito do lucro”*.

Apesar de todo o embate travado naquela sessão, a maioria de seus membros se inclinaram para a aceitação da dissolução parcial da sociedade anônima, de capital fechado, pela quebra da *affectio societatis*, conforme expôs o Relator.

Sem dúvida, esse entendimento representou uma grande revolução jurisprudencial, já que aquela Corte Superior mantinha sua jurisprudência consolidada há tempos, no sentido de renegar tal possibilidade.

3.2. A evolução da jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça

Com o avançar dos anos, a jurisprudência foi se refinando. Não mais se buscava discutir a possibilidade ou não da dissolução parcial nas sociedades anônimas. Havia uma necessidade de ir além dessa premissa: sendo possível a dissolução parcial, quais são os requisitos para a sua aplicação? Para o Ministro Humberto Gomes de Barros, Relator do Recurso Especial n. 507.490/RJ⁴¹, a verificação da dissolução parcial da S.A deveria ir além da ruptura da *affectio societatis* existentes entre os sócios. Era preciso, também, considerar a situação concreta em que se encontra o acionista dissidente: se possui ele outras formas de retirada da sociedade (por exemplo, cabimento de direito de recesso etc.), ou se está ele “refém” de sua situação de sócio, devendo optar entre ficar na sociedade contra a sua vontade ou vender sua participação àquele ou àqueles contra quem litiga, fazendo com que, eventualmente, para conseguir sair da sociedade, veja-se obrigado a aceitar por suas ações valor não condizente com a realidade do patrimônio social.

No mesmo julgamento, com grande contribuição ao debate da matéria, a Ministra Nancy Andrighi, apesar de adotar uma interpretação mais ampla – tomando por base tão somente o requisito da quebra da confiança entre os sócios para que a dissolução parcial se tornasse apta –, acompanhou o voto do Relator e fez uma relevante explicação do tema em seu voto-vista, no que guardou grande sintonia com a tese firmada nos Embargos de Divergência no REsp 111.294/PR, *in verbis*:

[D]eve-se evitar a presunção errônea de que as sociedades anônimas são sempre alheias à *affectio societatis* porque, às vezes, como ocorre na presente hipótese, a sociedade é apenas anônima na forma extrínseca, mas de pessoas na sua essência. Nas sociedades anônimas de capital fechado – mormente naquelas constituídas exclusivamente por pessoas de uma mesma família –, assume grande importância o caráter *intuitu personae* como pressuposto integrativo do pacto societário; porquanto a formação da companhia não se prende apenas à constituição do capital, mas, sobretudo, às qualidades pessoais dos acionistas (geralmente movidos para constituir a sociedade mais pelos laços familiares-afetivos entre si do que pela possibilidade individual de contribuição de capital). Nesses tipos de sociedade, portanto, o elemento característico é a existência da *affectio societatis*, cujo desaparecimento faz exsurgir o direito do sócio de afastar-se da sociedade, razão pela qual, não é juridicamente impossível o pedido de dissolução da sociedade anônima de capital fechado, por quebra da *affectio societatis*.

Portanto, torna-se irrelevante, na espécie, a discussão sobre o percentual de participação do ora recorrido no capital social da companhia ora recorrente, como

⁴¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. -Sociedade Anônima - Pedido de dissolução integral - Sentença que decreta dissolução parcial e determina a apuração de haveres. Julgamento *extra petita* - Inexistência. Participação societária do autor. Controvérsia. Definição postergada à fase de liquidação da sentença. impossibilidade de exame da alegada ilegitimidade ativa. Sociedade Anônima. Dissolução parcial. Possibilidade jurídica. Requisitos. Apuração de haveres do acionista dissidente. Simples reembolso rejeitado no acórdão recorrido. Fundamento não atacado. Súmula 283/STF. (RESP 507.490/RJ, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, julgado em 19/09/2006, DJ 13/11/2006, p. 241)

pressuposto autorizador do pedido de dissolução da sociedade, porquanto a legitimação ativa para tanto cabe a todo o sócio que tenha interesse conflitante com o dos demais sócios, a exemplo do que ocorre na dissolução das sociedades não-acionárias.

Por outro lado, é certo, porém, que a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) não prevê expressamente a possibilidade de dissolução parcial de sociedade anônima. Contudo, não menos certo que, diante da Constituição Federal de 1988, não é razoável, do ponto de vista jurídico, social e econômico, cogitar-se da dissolução integral de uma sociedade, em razão da insatisfação de apenas um dos acionistas minoritários; ou mesmo impedir que o acionista minoritário, insatisfeito com a sociedade, seja obrigado a manter-se sócio contra a sua vontade.

Assim, não se deve interpretar a Lei das Sociedades Anônimas de forma literal, mas conforme a Constituição Federal de 1988, buscando uma exegese com ela compatível e, ao mesmo tempo, construtiva para a razoável solução dos conflitos societários.

Da mesma forma, não se pode descurar da aplicação do princípio da continuação do negócio ou da preservação da empresa, em razão da função social dessa, porque gera emprego, renda e tributos, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento do país. Aliás, há décadas esse princípio vem orientando o Direito Comercial, a ponto de tornar-se um dos objetivos expressos no art. 47 da Lei de Recuperação de Empresas. Portanto, tratando-se de conflitos entre sócios entre si e ou deles com a sociedade, o referido princípio também deve ser observado.

Afinal, se, por um lado, não se pode forçar alguém a permanecer como sócio de outrem quando não mais impera a *affectio societatis*; por outro, a continuidade da empresa transcende os meros interesses dos seus sócios, estendendo-se a todo ambiente social em que ela atua; devendo, por isso mesmo, ser protegida pelo direito.

Essa aparente incongruência entre os votos do Relator e da ministra Nancy Andrighi, quanto aos requisitos e ao fundamento legal que autorizariam o cabimento da dissolução parcial da sociedade anônima, somente foi dirimida com o julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial n. 419.174/SP, em que o Superior Tribunal de Justiça definitivamente solidificou o seu entendimento.

A título de esclarecimento, trago a ementa do julgado:

COMERCIAL. SOCIEDADE ANÔNIMA FAMILIAR. DISSOLUÇÃO PARCIAL. INEXISTÊNCIA DE *AFFECTIO SOCIETATIS*. POSSIBILIDADE. MATÉRIA PACIFICADA.

I. A 2ª Seção, quando do julgamento do EREsp n. 111.294/PR (Rel. Min. Castro Filho, por maioria, DJU de 10.09.2007), adotou o entendimento de que é possível a dissolução de sociedade anônima familiar quando houver quebra da *affectio societatis*. II. Embargos conhecidos e providos, para julgar procedente a ação de dissolução parcial.

(EResp 419.174/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/05/2008, DJe 04/08/2008)

Para o Relator do caso, Min. Aldir Passarinho, a distribuição de lucros ou dividendos ficou relegada ao plano de mera consequência da dissolução. Assim, concluiu que a

beligerância e a perda da confiança entre os sócios, que levam ao desaparecimento da *affectio societatis*, podem, sozinhas, levar à inexecutabilidade do fim social⁴².

A partir desse julgamento, as Turmas responsáveis, no STJ, pela matéria privada seguiram no sentido daquele voto e pacificaram a matéria. Apesar de encontrar o tema já sedimentado na Corte Superior, no ano de 2012, novamente, a 2ª Seção foi provocada a se manifestar sobre os requisitos da dissolução parcial.

Após a decisão da Quarta Turma, prolatada no Recurso Especial n. 1.079.763/SP, em que se manteve o entendimento de que o desaparecimento da *affectio societatis* é requisito suficiente para autorizar a dissolução parcial, no âmbito das sociedades anônimas de pessoas, foram opostos Embargos de Divergência. Neles, os embargantes sustentavam que a 2ª Seção havia feito uma leitura equivocada nas decisões proferidas nos EREsp n. 111.294 e 419.174. Conforme afirmaram em suas razões recursais, o referido Órgão Julgador havia exigido, como requisito essencial para que a dissolução parcial fosse admitida naqueles casos, que, além da quebra da confiança entre os sócios, fosse também configurada a inexistência de lucros ou a distribuição de dividendos por longo período, o que não se configurava na espécie, em que a empresa seria, alegadamente, bem gerida e lucrativa.

O Relator do recurso⁴³, Min. Sidnei Beneti, em seu voto vencedor, fez as seguintes considerações:

Analise-se bem o fundamento firmado por esse Acórdão como suficiente à dissolução parcial da sociedade fechada familiar, fundamento esse que se entende, com outras palavras, como o seguinte: como a *affectio societatis* é fato preponderante para a constituição da empresa, essa mesma *affectio societatis* é essencial para o seu prosseguimento, de modo que, rompida, ocorre impedimento a que a companhia continue a realizar o seu fim - e nesse ponto, na quebra da *affectio societatis*, encerra, o Acórdão aludido, a caracterização do requisito da dissolução - indo o mais que consta da frase como explicitação de que, sem a *affectio societatis*, não pode, esta, atingir o seu fim, que é "a obtenção de lucros e distribuição de dividendos" e, em complementação repetitiva de exposição, repisa, o Acórdão, confirmando a exigência do requisito único da quebra da *affectio societatis*, que "difícilmente pode prosperar uma sociedade em que a confiança, a harmonia, a fidelidade e o respeito mútuo entre os seus sócios tenham sido rompidos". Não há, pois, como extrair do núcleo do Acórdão invocado como paradigma divergente, que tenha ele exigido dois requisitos - a quebra da *affectio societatis* e a falta de obtenção de lucros e distribuição de dividendos - mas, ao contrário, conclui-se da redação do Acórdão que sem aludida

⁴² BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de Divergência no Recurso Especial. Sociedade anônima familiar. Dissolução parcial. Inexistência de *affectio societatis*. Possibilidade. Matéria pacificada. (EREsp 419.174/SP, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Segunda Seção, julgado em 28/05/2008, DJe 04/08/2008)

⁴³ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de divergência. Dissolução parcial de sociedade anônima de caráter familiar e fechado. Requisito da quebra da *affectio societatis* afirmado suficiente pelos acórdãos expostos como paradigmas. Acórdão embargado que julgou no mesmo sentido. Incidência da Súmula 168/STJ. Rel. Ministro Sidnei Beneti, Segunda Seção, julgado em 25/04/2012, DJe 06/09/2012.

affectio societatis, inviáveis a produção de lucros e a distribuição de dividendos, que é a finalidade da empresa. 8.- Por outro lado, no julgamento do EREsp 419.174/SP de relatoria do E. Min. Aldir Passarinho Junior, mesmo relator do Acórdão ora embargado, esta Segunda Seção efetuou expressa análise do que firmado pelo EREsp 111.294/PR, concluindo que a animosidade resultante de profunda desafeição entre os sócios, por si só, inviabiliza a sociedade anônima, isto é, satisfaz-se, também esse julgado, com o só requisito da quebra da "*affectio societatis*", para a dissolução da sociedade anônima familiar, não adicionando, esse julgado, outros requisitos, e só aludindo à não distribuição de lucros ou dividendos como consequência, não como requisitos, da dissolução da sociedade (...).

No curso dos debates, a Ministra Maria Isabel Galloti, por meio do seu voto vencido, teceu importantes apontamentos a respeito do tema. Destacou, em síntese, que a inexistência de lucros ou a não distribuição de dividendos não seria consequência da dissolução parcial, posteriormente decretada, mas sim consequência da ruptura da *affectio societatis*, que precedeu a dissolução, autorizando-a à luz da inexecutabilidade do fim social.

Além disso, a Ministra alertou que, embora se deva ter em contas as reais características da sociedade, a despeito da forma adotada, não se deve transformar em regra aquilo que deve ser exceção. Para ela, devem o intérprete e o julgador ponderar os aspectos já destacados pela 2ª Seção em momentos anteriores, bem como o eventual impacto econômico que terá a dissolução parcial sobre a empresa. Ou seja, o simples fato de se tratar de sociedade anônima fechada e constituída *intuitu personae* não deve ser suficiente para autorizar a dissolução parcial de sociedade anônima em qualquer caso.

Após o voto da Ministra Galloti, o Ministro Antônio Carlos Ferreira, acompanhando o Relator, ressaltou:

Parece-me que o argumento contrário à dissolução parcial de sociedade anônima remonta à tradicional distinção entre sociedades de pessoas (*intuitu personae*) e sociedade de capital (*intuitu pecuniae*). Como nestas as características pessoais dos sócios são irrelevantes para a formação do vínculo societário, impera a livre circulação da participação societária, razão pela qual seria descabido falar-se em eventual quebra da *affectio societatis*.

Atualmente, no entanto, não se pode mais afirmar categoricamente que toda sociedade limitada é uma sociedade de pessoas e, tampouco, que toda sociedade anônima é uma sociedade de capital. A doutrina contemporânea defende que sociedades limitadas podem assumir feição capitalista (COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. Vol. II. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008, pp. 396/389), da mesma forma que sociedades anônimas podem assumir feição personalista (RIBEIRO, Renato Ventura. "A Lei das Sociedades por Ações e as companhias *intuitu personae*". In: MONTEIRO DE CASTRO, Rodrigo R. e ARAGÃO, Leandro Santos de (coord.). Sociedade anônima. 30 anos da Lei nº 6.404/76. São Paulo: Quartier Latin, 2007, pp. 191/220). A possibilidade de existência de companhias *intuitu personae* é reconhecida pelos próprios autores do anteprojeto que deu origem à Lei n. 6.404/1976 (LAMY FILHO, Alfredo e BULHÕES PEDREIRA, José Luiz. Direito das companhias. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 2009, pp. 156/157), os quais citam, nesse ponto específico, opinião de FÁBIO KONDER COMPARATO no mesmo sentido.

No Brasil, não é incomum que sociedades anônimas - sobretudo companhias fechadas familiares - assumam essa feição personalista, por meio de regras estatutárias, como as que impõem a limitação de circulação de ações nominativas (art. 36 da LSA) ou por meio de acordos de acionistas (art. 118 da LSA). A jurisprudência consolidada desta Corte Superior, a partir do EREsp n. 111.294/PR, relatado pelo eminente Ministro CASTRO FILHO, e do EREsp n. 419.174/SP, relatado pelo eminente Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, está em consonância com a doutrina atual, que há tempos não adota mais a tese segundo a qual toda sociedade anônima é necessariamente uma sociedade de capital.

Assim, em cada caso deve-se analisar os aspectos estatutários e contratuais para aferir se a sociedade anônima fechada ostenta feição capitalista (vínculo *intuitu pecuniae*) ou feição personalista (vínculo *intuitu personae*). Neste caso, é de se reconhecer a possibilidade de eventual quebra da *affectio societatis* e entender esse requisito como suficiente para permitir a consequente dissolução parcial da sociedade.

Assim, com base nessas razões, o Superior Tribunal de Justiça, em mais uma oportunidade, reafirmou e sedimentou – ao menos, por hora – a jurisprudência pátria em relação à permissibilidade da dissolução parcial nas sociedades anônimas, sobretudo naquelas em que haja uma acentuada natureza pessoal em sua constituição.

Embora a solução adotada ao final pelo STJ (quanto à possibilidade da dissolução parcial nas sociedades anônimas de capital fechado) seja louvável – e na visão deste autor, correta –, paira ainda a preocupação, tanto na doutrina quanto na jurisprudência, a respeito da análise verticalizada dos requisitos ensejadores da dissolução parcial nessas espécies de sociedades empresárias.

Se por um lado, a corrente majoritária norteia o tema no caminho em que se basta a quebra da *affectio societatis* para haver a dissolução parcial, por outro lado, as diversas relações que permeiam a empresa irão demandar uma complexa atitude do julgador de se observar, entre outros elementos, a extensão e a efetividade do princípio da preservação da sociedade, tendo como cerne o possível impacto econômico que assolará a companhia caso venha a dissolução se concretizar.

4. Dissolução parcial da sociedade anônima de capital fechado no Novo Código de Processo Civil (CPC/2015)

Recentemente, após diversas tratativas entre parlamentares e juristas, viu-se o legislador ordinário obrigado a estabelecer regras próprias, de caráter procedimental, para o tratamento da dissolução parcial da sociedade, sobretudo em razão da complexidade da matéria – como visto acima – e também diante do panorama econômico-financeiro vivido pelo país na atualidade.

Nas palavras de Fábio Ulhoa Coelho e Marcelo Guedes Nunes, essa previsão buscou “regular o processo de conflito empresarial mais frequente e economicamente relevante do

Poder Judiciário e colmatar uma lacuna que remonta ao Código de Processo Civil de 1939 (anterior ao atualmente em vigor), que ainda permanece vigente na parte em que trata da ação de dissolução de sociedade”⁴⁴.

Com o intuito de ultrapassar os redutos do direito material, que, há tempos é debatido no âmbito acadêmico e pretoriano, o Novo Código de Processo Civil, de maneira inovadora e fortemente impulsionado pela vertente jurisprudencial majoritária, disciplinou, precisamente em seu artigo 599, § 2º, a questão relativa à ação de dissolução parcial de sociedade anônima de capital fechado.

Nesse ponto, assim preconiza o dispositivo do novel diploma:

Art. 599. A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter por objeto:
I - a resolução da sociedade empresária contratual ou simples em relação ao sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso; e
II - a apuração dos haveres do sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso; ou
III - somente a resolução ou a apuração de haveres.
[...]
§ 2º A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter também por objeto a sociedade anônima de capital fechado quando demonstrado, por acionista ou acionistas que representem cinco por cento ou mais do capital social, que não pode preencher o seu fim.

Essa positivação trouxe em sua essência uma nova faculdade colocada à disposição do(s) sócio(s) minoritário(s), não excludente daquela prevista pela lei específica das sociedades anônimas (Lei n. 6.404/1976), de sorte que ele(s) pode(m) optar pela dissolução total ou pela dissolução parcial da sociedade⁴⁵.

Na mesma obra, Ricardo Collucci complementa:

À luz do princípio da preservação/continuidade da empresa, considerando-se que, justamente por ele, parte da doutrina até mesmo relega a dissolução total a um cenário absolutamente subsidiário, fica difícil admitir a livre escolha do(s) sócio(s) minoritário(s), na linha do suscitado. Em algumas circunstâncias, não se nega, até poderá mesmo ser o caso de dissolução total, mas a livre escolha, pura e simples, não parece adequada. Sobram, então, as possibilidades relativas à forma de resolução da antinomia jurídica - que parece haver, de fato, no caso em estudo. Nessa seara, merece prevalecer o critério da especialidade, de modo que se desagua na exclusiva possibilidade de dissolução total da sociedade (art. 206, II, b, da Lei n. 6.404/76). Ocorre que, a despeito da correção da conclusão deste exercício de supressão de lacuna, a dissolução total da sociedade como única alternativa vai de encontro à

⁴⁴ COELHO, Fabio Ulhoa; NUNES, Marcelo Guedes. *Carta de apoio ao novo CPC sugere procedimento especial para tratar da dissolução parcial de sociedade*. Disponível em: [www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI168124,101048-

Carta+de+apoio+ao+novo+CPC+sugere+procedimento+especial+para+tratar]. Acesso em: 25.04.2018.

⁴⁵ BUENO, Cassio Scarpinella. *Comentários ao código de processo civil – volume 3 (arts. 539 a 925)*. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 155.

concepção moderna do direito empresarial, na qual, repita-se, sempre que possível, deve-se prestigiar o princípio da preservação/continuidade da empresa em homenagem à sua importância social (consubstanciada na geração de empregos, serviços e produtos, de recolhimento de impostos etc.)⁴⁶.

Na verdade, o Novo CPC inaugurou o tratamento legislativo da matéria. Não há na Lei das Sociedades Anônimas menção à possibilidade de sua dissolução parcial. Entretanto, admitir a dissolução parcial da sociedade anônima fechada *intuitu personae* é, nas lições de Modesto Carvalhosa⁴⁷, a melhor solução, considerando o real interesse dos acionistas e o princípio da preservação da empresa.

João Luiz Lessa Neto⁴⁸, nesse prisma, também afirma:

Possibilitar a dissolução apenas parcial é, na verdade, privilegiar a preservação da empresa; com a saída de um ou mais acionistas, pode, em determinados casos, ser possível a reestruturação do negócio com a entrada de um investidor, por exemplo, em suma, viabiliza-se a continuidade da empresa, com os benefícios para os sócios, a sociedade e a comunidade como um todo.

Com efeito, para o ajuizamento da mencionada ação, o Diploma Processual previu dois requisitos cumulativos: a) a representação do acionista dissidente de, ao menos, 5% do capital social e b) a demonstração de que a sociedade não pode preencher o seu fim.

Em relação a esse último ponto, entende a doutrina que a impossibilidade de preenchimento do fim social pode decorrer de razões de ordem jurídica, econômica ou política, conforme o caso. Quanto à primeira hipótese, tem-se quando uma alteração legislativa impede a importação, anteriormente permitida, de determinado produto para o país e que constitui objeto de uma sociedade importadora. Em relação à segunda, se dá quando os recursos disponíveis são (ou se tornaram) inadequados para a consecução do objeto social, não sendo possível captar novos recursos ou, ainda, quando o mercado consumidor sofre substancial retração. Por fim, e não menos importante, a terceira, que decorre do grave desacordo entre acionistas, capaz de inviabilizar a gestão social e a condução da empresa⁴⁹.

Assim, é bastante elementar concluir que a opção do legislador foi criar limitações à dissolução parcial de sociedade anônima de capital fechado, quando comparada com a

⁴⁶ COLLUCCI, Ricardo. In: *Comentários ao código de processo civil – volume 3 (arts. 539 a 925)/ Cassio Scarpinella Bueno(coord.)*. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 155.

⁴⁷ CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. São Paulo: Saraiva, 2011, v. 4, t. 1, p. 44-45.

⁴⁸ LESSA NETO, João Luiz. Art. 599. In: *Comentários ao Código de Processo Civil*. Lenio Luiz Streck, Dierle Nunes, Leonardo Carneiro da Cunha (coord.). São Paulo: Saraiva, 2017, p. 836.

⁴⁹ LESSA NETO, João Luiz. *Op. cit.*, p. 836.

jurisprudência formada a respeito do tema. Ou seja, esta admite a dissolução parcial de sociedade anônima de cunho familiar pela simples razão de ser rompido a *affectio societatis* enquanto que o Novo CPC, por sua via, exige uma participação societária mínima e o requisito de demonstração de que a sociedade não pode mais atingir seu fim.

5. Conclusão

Como demonstrado, a questão da dissolução parcial nas sociedades anônimas, de uma forma geral, ainda demanda dos operadores do direito uma análise aprofundada sobre os seus elementos constitutivos e os seus requisitos autorizadores.

Apesar de haver um entendimento convergente na jurisprudência majoritária, sobretudo no tocante à incidência da dissolução parcial no modelo de sociedade de capitais, muitos acadêmicos – e juristas –, apegados à perspectiva clássica do direito societário, buscam, de maneira infrutífera, obstar, na prática, a aplicação do mencionado instituto às sociedades anônimas de capital fechado, as quais crescem exponencialmente no mundo corporativo brasileiro.

Sem dúvida, a dissolução parcial aplicada às companhias teve como impulso o intuito de se preservar a empresa, como um conjunto sistêmico de produção de capitais e empregos, bem como fonte de receita para o Estado (por meio de tributos). Não se busca, nesse contexto, privilegiar tão somente os interesses do sócio dissidente em detrimento do interesse coletivo remanescente.

Aliás, ponto nevrálgico desse debate é também a apuração de haveres em que se processa no curso da dissolução parcial – diferente, por seu turno, das demais formas de retirada dos sócios –, pois aqui, atento ao princípio constitucional da função social da sociedade, dá-se ao sócio dissidente o que lhe caberia por direito, caso houvesse a dissolução total da empresa, sem que, para isso, seja a companhia extinta. Assim, é possível conciliar tanto a vontade individual quanto os demais interesses envolvidos na contenda.

Por essa razão, o instituto da dissolução parcial passou a ganhar mais e mais força, seja nos bancos acadêmicos, seja nos assentos pretorianos.

A doutrina e a jurisprudência brasileira, ao admitirem a dissolução parcial nas sociedades anônimas, principalmente nas de capital fechado, constataram que, em algumas companhias, o *intuitu personae* superava o *intuitu pecuniae*, típico daquelas sociedades, de

maneira que os sócios se vinculavam não pelo capital, mas sim pela relação de confiança existente entre eles – em outras palavras, pela *affectio societatis*.

Com efeito, por meio da análise desses dois elementos – *intuitu personae* e *affectio societatis* –, entenderam os estudiosos que não se poderia condenar o sócio minoritário a permanecer nesse condição, caso houvesse a ruptura da confiança, pois haveria de afrontar o princípio da liberdade associativa, e tampouco poder-se-ia extinguir a sociedade, uma vez que a dissolução total afetaria todo e qualquer agente que interagisse com a empresa. Daí a coerência da aplicabilidade da dissolução parcial – figura originário do modelo de sociedade limitada – nas sociedades anônimas de capital fechado.

Embora seja um instituto plausível, é importante frisar que sua incidência não deve ser indiscriminada, a ponto de transformá-lo em direito potestativo do acionista. Diante das interações exercidas pela companhia no decorrer de seu funcionamento, é de grande relevância observar, caso a caso, as peculiaridades que se apresentam no caso concreto para que se pondere, não apenas o efeito da quebra *affectio societatis* entre os sócios, mas também o impacto econômico causado pela ruptura parcial da empresa.

E atento a essas influências, o próprio legislador ordinário, impulsionado pela atual conjuntura econômico-financeira do país, e, em complemento às orientações jurisprudenciais já sedimentadas, instituiu, por meio do Novo Código de Processo Civil, – e, diga-se, de maneira inovadora –, em seu art. 599, § 2º, dois novos limitadores para o ajuizamento da denominada ação de dissolução parcial de sociedade anônima de capital fechado – a representação de, no mínimo, 5% do capital social e a impossibilidade do cumprimento, pela sociedade, da sua finalidade –, que, *primo ictu oculi*, tem também o condão de obstar os abusos e descompassos individuais em detrimento da coletividade societária.

Em síntese, o cerne da dissolução parcial das sociedades anônimas de capital fechado está no equilíbrio dos interesses singulares e coletivos que, ao final, ampara tanto o sócio dissidente – por meio da apuração de haveres – quanto os demais agentes econômicos envolvidos – com o atento olhar aos princípios da preservação da empresa e da sua função social.

Referências

- ASCARELLI, Tullio. O contrato plurilateral. *In: Problemas das sociedades anônimas e direito comparado*. São Paulo: Saraiva, 1969, p. 255-312.
- BARBI FILHO, Celso. *Dissolução parcial de sociedades limitadas*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.
- BORBA, José Edwaldo Tavares. *Direito societário*. São Paulo: Atlas, 2017.
- BUENO, Cassio Scarpinella. *Comentários ao código de processo civil – volume 3 (arts. 539 a 925)*. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 155.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de Divergência no Recurso Especial n. 111.294/PR, Rel. Ministro Castro Filho, julgado em 28/06/2006, DJ 10/09/2007.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 507.490/RJ, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, julgado em 19/09/2006, DJ 13/11/2006.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de Divergência no Recurso Especial n. 1.079.763/SP, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Segunda Seção, julgado em 25/04/2012, DJe 06/09/2012.
- BRITO, Cristiano Gomes de. *Dissolução parcial de sociedade anônima*. Revista de Direito Privado, São Paulo, ano 2, n. 7, p. 22, jul./set. 2001.
- CAMINHA, Uinie. *Dissolução parcial de S/A: quebra da “affectio societatis”: apuração de haveres*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, v. 37, n. 114, p. 174-182, abr./jun. 1999.
- _____; LIMA NETO, Luís Bezerra. *A resolução do vínculo societário por iniciativa do sócio: direito de recesso e função social da empresa*. Pensar, Fortaleza, v. 12, p. 120-127, mar. 2007.
- CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. São Paulo: Saraiva, 2011, v. 4, t. 1.
- COELHO, Fabio Ulhoa. *Curso de direito comercial, volume 2: direito de empresa*. São Paulo: Saraiva, 2015.
- _____. *A ação de dissolução parcial de sociedade*. Revista de Informação Legislativa. Brasília, ano 48, n. 190, abr./jun. 2011.
- COELHO, Fabio Ulhoa; NUNES, Marcelo Guedes. *Carta de apoio ao novo CPC sugere procedimento especial para tratar da dissolução parcial de sociedade*. Disponível em: [www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI168124,101048-

carta+de+apoio+ao+novo+CPC+sugere+procedimento+especial+para+tratar]. Acesso em: 25.04.2018.

COLLUCCI, Ricardo. *In: Comentários ao código de processo civil – volume 3 (arts. 539 a 925)/ Cassio Scarpinella Bueno(coord.)*. São Paulo: Saraiva, 2017.

ESTRELLA, Hernani. *Apuração dos haveres de sócio*. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

FERREIRA, Waldemar Martins. *Tratado de direito comercial*. São Paulo: Saraiva, 1961, v. III.

FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. *Dissolução parcial, retirada e exclusão de sócio*. São Paulo: Atlas, 2007.

LESSA NETO, João Luiz. Art. 599. *In: Comentários ao Código de Processo Civil*. Lenio Luiz Streck, Dierle Nunes, Leonardo Carneiro da Cunha (coord.). São Paulo: Saraiva, 2017.

LIMA JUNIOR, Joel Gonçalves de. *Dissolução parcial de sociedade anônima: “novo” paradigma e a análise econômica*. Revista Eletrônica da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná – n. 1 – Jan/Jul 2008, p. 165-183.

LUCENA, José Waldecy. *Das sociedades por quotas de responsabilidade limitada*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

NEY, Rafael de Moura Rangel; SANTOS, Renato Ferreira dos. *Dissolução parcial de sociedades anônimas: o posicionamento atual da 2ª Seção do STJ sobre o tema e a necessidade de sua revisão*. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais. vol. 68. ano 18. p. 159-179. São Paulo: Ed. RT, abr.-jun. 2015.

OURIQUES, Paolla. *Dissolução parcial de sociedade anônima – é possível?* Revista de Dir. Empresarial – RDEmp. Belo Horizonte, ano 10, n. 2, p. 121-136, maio/ago. 2013.

REQUIÃO, Rubens. *Aspectos modernos de direito comercial (estudos e pareceres)*. São Paulo: Saraiva, 1986. v. 3.

RIBAS, Roberta de Oliveira e Corvo. *As causas de dissolução parcial da sociedade empresária limitada*. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI220354,11049-as+causas+de+dissolucao+parcial+da+sociedade+empresaria+limitada>>. Acessado em: 26 mar. 2018.

TOMAZETTE, Marlon. *Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário*, v. 1. São Paulo: Atlas, 2017.

TROVO, Beatriz. *Resolução da sociedade limitada em relação a um sócio no Código Civil de 2002*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, n. 139, p. 259, jul./set. 2005.

- VALVERDE, Trajano de Miranda. *A evolução do direito comercial brasileiro* (Conferência).
In: Revista Forense, Rio de Janeiro, n. 92, p. 635-641, out. 1942
- VIEIRA, Máira de Melo. *Dissolução parcial de Sociedade Anônima – construção e consolidação no Direito Brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2014.
- ZILVETI, Ana Marta Cattani de Barros. *Dissolução parcial de sociedade anônima – o caso Luiz Kirchner*. *In: Direito societário: sociedades anônimas*. São Paulo: Saraiva, 2011.